



ACÓRDÃO Nº1052/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10969/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Codajás
- 4- **Exercício:** 2017
- 5- **Responsável:** Clemyson Marques Antunes (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Luciene Helena da Silva Dias - OAB/AM nº 4.697
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2063/2019-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Codajás. Exercício de 2017.

Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação. Recomendação. Notificação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Clemyson Marques Antunes**, responsável pela Câmara Municipal de Codajás, referente ao exercício de 2017, com fundamento no art. 22, II, da Lei Estadual n.2.423/96;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Clemyson Marques Antunes**, no valor de **R\$ 1.706,80**, pelo atraso no mês de dezembro, no encaminhamento de dados por meio magnético fora do prazo estabelecido no artigo 4º da Resolução nº10/2012-TCE; que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.



ACÓRDÃO Nº1052/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.3. Determinar à comissão:

- a) Que a próxima Comissão designada para inspecionar as contas do Município de Codajás, exercício de 2018, verifique se as inscrições, dos valores R\$ 877,79, na conta “Salário Família” em favor de Laudicéia Pinto e de R\$ 12.233,28, em favor de Antônio Carlos, registrado na conta “Créditos em Circulação Recebimentos independentes da execução orçamentária”, foram registrados pelo Poder Executivo na Dívida Ativa do Município, para execução judicial, com a devida baixa dos respectivos valores nas Demonstrações contábeis da Câmara Municipal de Codajás.

10.4. Recomendar à Câmara Municipal de Codajás que:

- a) O cumprimento aos princípios norteadores da Administração Pública, dentre outros, a legalidade, a impessoalidade, a moralidade e a eficiência, razoabilidade e economicidade expressamente elencados no artigo 37, caput, da CR/1988;
- b) Que cumpra o estabelecido na Lei nº 12.527/2011-Lei de acesso à informação quanto à implantação e manutenção dos Portais de Transparências e LC nº 131 de 2009.

10.5. Notificar o Sr. Clemyson Marques Antunes com cópia do Relatório/Voto, e deste Acórdão para ciência do decisório e, para querendo, apresentar o devido recurso.

11- Ata: 34ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 8 de Outubro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral